

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: A DISCIPLINA EM BUSCA DA RELEVÂNCIA OU A RELEVÂNCIA EM BUSCA DA DISCIPLINA?

Elinaldo Leal Santos¹

Resumo

Nascida no contexto do pós-guerra, a disciplina Administração do Desenvolvimento, no ápice de sua existência não passou de um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos, uma vez que as pesquisas realizadas nesse campo focavam apenas em aspectos técnico-gerenciais, negligenciando, por vez, a dimensão teórica. Hoje, percebe-se um esforço, por parte dos pesquisadores da área dos Estudos Críticos em Administração (ECA) e dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), em retomar as questões intrínsecas do desenvolvimento, precisamente no que refere à sua gestão. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo saber, por meio de uma pesquisa de natureza empírico-teórica se: a Administração do Desenvolvimento é uma disciplina em busca da relevância ou a relevância em busca da disciplina? O estudo revela o percurso e os percalços da Administração do Desenvolvimento na condição de campo disciplinar.

Palavras-chave: Administração do Desenvolvimento; Comunidade Científica da ANPAD; Paradigmas Sociológicos.

Introdução

Não há, na história das ciências sociais, um conceito tão interdisciplinar como o do desenvolvimento. Na sua polissemia e interdisciplinaridade, desenvolvimento é um construto que historicamente vem se moldando a interesses diversos. Possui uma rede poderosa de significados que abarca desde as potencialidades genéticas dos seres vivos, do crescimento econômico, da promoção do bem-estar social, passando pela sustentabilidade e chegando ao pós-desenvolvimento. Tais significados, por vezes, imprimem no desenvolvimento conteúdos ideológicos, valorativos e de visão de mundo, às vezes, complementares, outras vezes divergentes, transformando-o em um conceito multidimensional e com forte viés político (FURTADO, 1988; ESTEVA, 2000; RIST, 2001; FISCHER, 2002; ESCOBAR, 2007; JUSTEN & MORETTO NETO, 2013).

De maneira preliminar, os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817), Karl Marx (1867) e Joseph Schumpeter (1911) apresentam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Porém, foi na década de 1940 que o desenvolvimento ganhou *status* de objeto científico, com o surgimento da economia do desenvolvimento. Essa disciplina construiu todo um arcabouço teórico e metodológico para explicar e defender o desenvolvimento

¹ elinaldousesb@gmail.com

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária (FURTADO, 1988). Assim, obteve-se imenso sucesso em termos de produção científica e repercussão social, servindo de base para formulação de políticas públicas de muitos países do mundo pós-guerra. O seu arcabouço teórico foi composto, inicialmente, pelo pensamento anglo-saxão, posteriormente pelo pensamento latino-americano, principalmente pelo pensamento elaborado na Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL).

Quase uma década depois do surgimento da economia do desenvolvimento, precisamente no contexto do pós-guerra (1945-1955), emerge no seio da ortodoxia da Sociedade Americana de Administração Pública a disciplina Administração do Desenvolvimento, com o fim específico de transformar, tecnicamente, nações atrasadas em nações ditas em desenvolvimento (NEF & DWIVEDI, 1988; CAIDEN & CARAVANTES, 1988). Porém, com o surgimento dos estudos organizacionais, o campo da administração foi, aos poucos, distanciando do estudo da gestão do desenvolvimento e delegando-o para outras ciências, sobretudo para a economia do desenvolvimento. Todavia, após passarem-se quatro décadas desse distanciamento epistemológico, percebe-se um esforço, por parte dos pesquisadores, na área dos Estudos Críticos em Administração (ECA) e dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), em retomar as questões intrínsecas do desenvolvimento, principalmente no que refere à sua gestão (ESTEVA, 2000; RIST, 2001; COOKE, 2004; DAR & COOKE, 2008; ESCOBAR, 2008; GULRAJANI, 2010; JUSTEN & MORETTO NETO, 2013; MISOCZKY & BÖHM, 2013; WANDERLEY, 2015; SANTOS *et al.*, 2015).

No Brasil, essa retomada epistemológica ocorreu com o lançamento da edição especial comemorativa dos 35 anos da Revista de Administração Pública (RAP), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/FGV), quando, na ocasião, foram publicados em **Clássicos da Revista de Administração Pública** os dez trabalhos mais citados em periódicos acadêmicos brasileiros. Na relação dos trabalhos, considerados clássicos da RAP, três abordavam, especificamente, a temática da Administração do Desenvolvimento. São eles: Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento, de Anna Maria Campos; A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina, de Alberto Guerreiro Ramos; e Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância, de Paulo Roberto Motta. O primeiro trabalho faz uma análise da administração pública latino-americana da década de 1970 e recomenda algumas mudanças na técnica de planejamento estratégico do desenvolvimento dos países que compõem a região. O texto de Guerreiro Ramos discute os rumos da administração pública, como campo de conhecimento, e defende a tese de que o futuro do campo passa pela Administração do Desenvolvimento, compreendendo-a como um subcampo da administração. Por sua vez, o texto de Roberto Motta faz uma análise epistemológica da disciplina, evidenciando suas fragilidades e potencialidades, de modo a destacar sua relevância para o desenvolvimento das nações.

A reedição desses trabalhos, sobretudo o de Paulo Roberto Motta, reabre a discussão da necessidade de uma disciplina no campo da administração que possa tratar das questões vinculadas à gestão do desenvolvimento. Pensando nisto, realizamos, junto aos participantes do XXXV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

graduação em Administração (EnANPAD), uma pesquisa de natureza empírico-teórica de modo a compreender a maneira como os integrantes dessa comunidade científica apreendem a disciplina. Para tanto, consideramos a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, tal como defende Santos (2004), o objeto científico da administração e não as organizações, como imaginam os teóricos dos estudos organizacionais. Em virtude disso, tomamos como argumentos de verificação os seguintes pressupostos:

- Pressuposto 1: Parte do conhecimento elaborado no campo das ciências sociais, quando se referem à gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, pertence ao campo esquecido pela ciência da administração, o campo da Administração do Desenvolvimento;
- Pressuposto 2: Administração do Desenvolvimento é o campo da ciência administrativa que observa, descreve, analisa, explica e orienta as relações sociais de produção, distribuição e consumo, quer sejam em países, regiões, lugares ou organizações, de modo a garantir o bem-estar da sociedade.

A verificação desses pressupostos, junto aos participantes do XXXV EnANPAD, nos possibilitaram desvendar a origem, evolução e disseminação da Administração do Desenvolvimento, ou seja, o seu universo genealógico, bem como suas estruturas teórico-paradigmáticas. O trabalho está estruturado, além desta introdução, em cinco seções: a primeira descreve o contexto histórico que proporcionou o surgimento da Administração do Desenvolvimento como disciplina científica, enfatizando seus percursos e percalços; a segunda apresenta as bases metodológicas utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, com destaque para a técnica de análise de conteúdo, o uso de mapa genealógico e o modelo paradigmático de Burrell e Morgan (1979); a terceira e quarta seção revelam as origens, os fundamentos e a configuração teórica da Administração do Desenvolvimento, enquanto campo disciplinar. Por fim, concluímos que a Administração do Desenvolvimento apresenta-se como um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar, uma vez que o estudo da gestão necessita de análises das diferentes dimensões da vida social (econômica, política, sociológica, técnico-científica, socioambiental etc.) dos diferentes paradigmas científicos (modernidade, estruturalismo, pós-modernidade e pós-estruturalismo) e das diferentes visões disciplinares (geográfica, econômica, sociológica e antropológica).

Administração do Desenvolvimento: base histórica ou retórica legitimadora?

Nosso ponto de partida para compreender a função da administração nos estudos sobre desenvolvimento encontra-se no contexto histórico do pós-guerra. O período correspondente a essa narrativa produziu uma série de mudanças que alteraram profundamente a geopolítica e as relações econômicas mundiais, a destacar o declínio das antigas potências europeias e a ascensão de duas outras superpotências: os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética. É a partir da divisão do mundo entre esses dois impérios que surge a designação “Terceiro Mundo” para o “resto”, e sobre o qual seria imposto o discurso e a prática do desenvolvimento (WANDERLEY, 2015).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

O fato dos EUA não terem sido atingidos diretamente pela guerra, associado à estabilidade econômica que o mesmo conseguiu manter, proporcionou a este assumir a liderança da nova ordem mundial das economias capitalistas, conquistando, assim, importantes posições na Europa e no Extremo Oriente (HOBBSAWM, 2007). Em síntese, isso ficou explícito na conferência de Bretton Woods em 1944, quando os EUA e países aliados se reuniram para discutir mecanismos de governança capazes de garantir a paz perpétua das nações. Diante disso, foram apresentadas duas teses: a do economista britânico John Maynard Keynes (Plano Keynes) e a do representante dos EUA Harry Dexter White (Plano White).

A tese de Keynes consistia na criação de um sistema de governança monetária capaz de assegurar a liquidez internacional, mediante a criação de um banco central internacional, do depósito compulsório e a emissão do bancor, uma espécie de moeda internacional, cuja finalidade era a de converter os depósitos compulsórios em ativos líquidos. Já a tese de White, consistiu em: i) auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra; ii) implantar um sistema monetário internacional com base no padrão ouro-dólar; iii) eliminar os controles cambiais. Para atingir tais objetivos, idealizou-se a criação de dois organismos internacionais de governança: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, também conhecido como Banco Mundial). O Plano Keynes era, certamente, o mais ambicioso, porém, a enorme capacidade de argumentação e persuasão de Keynes não foi suficiente para modificar os condicionantes reais da conferência, ou seja, a consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista, sendo, então, aprovada a tese de White (MAIA, 1999).

Outra estratégia adotada pelos EUA para ampliar a sua hegemonia no mundo capitalista e coibir a influência da União Soviética na Europa foi a implantação do Plano Marshall (1947-1951), um conjunto de assistência técnica, econômica e militar, cujo finalidade era combater a expansão do comunismo e garantir a supremacia de superpotência do mundo capitalista. Após a execução do plano, as economias dos países participantes alcançaram um crescimento do PIB acima da média do período pré-guerra, tornando-se, dessa forma, um dos maiores sucessos de política externa dos EUA no século XX (HOBBSAWM, 2007).

A experiência bem sucedida do Plano Marshall na Europa inspirou a elaboração de outros planos de reestruturação econômica e social. Em 1949, ao assumir o seu segundo mandato de presidente dos EUA, Harry Truman institucionalizou, no seu discurso de posse, a política de ajuda técnica, administrativa, econômica e militar dos EUA para os países menos desenvolvidos da África, Ásia e América Latina. A retórica do discurso estava pautada em quatro pontos estratégicos que determinariam a política de relações internacionais do ocidente, direcionando a conduta não só dos EUA, mas de diversas nações do mundo (DONAVAN, 1982). O discurso, então, foi proferido com base em quatro ações estratégicas, a saber:

- Apoiar a Organização das Nações Unidas (ONU);

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- Dar continuidade aos programas de recuperação econômica em escala mundial;
- Criar mecanismo de defesa para as “nações amantes da paz” contra ameaça de agressão estrangeira;
- Tornar os benefícios advindos de avanços industriais e científicos disponíveis para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas.

Havia uma preocupação, por parte dos EUA e nações aliadas, de uma possível adesão dos países subdesenvolvidos ao regime comunista. A preocupação era motivada na crença de que existiria uma correlação positiva entre subdesenvolvimento e vulnerabilidade político-ideológica. Em virtude disso, as nações desenvolvidas imaginavam que regiões subdesenvolvidas estariam mais propensas à propaganda política comunista, principalmente num contexto de um sistema bipolar em formação, o que representaria uma ameaça à superpotência americana. Para evitar a concretização desse cenário, foram concebidos alguns programas de ajuda ao desenvolvimento econômico para as regiões estratégicas do planeta (África, Ásia e América-Latina) com destaque para o Plano Colomboⁱ(1951-1980) e Aliança para o Progressoⁱⁱ (1961-1963).

É nesse contexto de pós-guerra, de disputa política, de implantação de planos de recuperação e desenvolvimento econômico que surge dentro do pensamento ortodoxo da administração a disciplina Administração do Desenvolvimento. Como é possível perceber, a disciplina surge nos desejos dos países ricos em auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos no processo de aceleração da modernização de suas estruturas sociais. Porém, deve-se ressaltar que esses “desejos” estavam pautados na Doutrina Truman, de 1949, cujos objetivos consistiam em combater os avanços do socialismo soviético, num contexto de guerra fria, além de defender os interesses capitalistas norte-americanos. Acreditava-se, também, que o desenvolvimento era algo totalmente desejável, que poderia ser planejado, dirigido ou controlado de alguma forma pelas instituições governamentais. Obstáculos ao desenvolvimento poderiam ser superados e os problemas econômicos e sociais seriam, a longo prazo, resolvidos, atingindo, assim, o que seria a sociedade de consumo em massa idealizada por Rostow.ⁱⁱⁱ

Do ponto de vista epistemológico, a Administração do Desenvolvimento nasceu dos estudos coordenados pela Sociedade Americana de Administração Pública, precisamente dos trabalhos realizados pelo Grupo de Administração Comparada (GAC) (NEF & DWIVEDI, 1988). O propósito inicial da disciplina era de instrumentalizar, gerencialmente, a elite burocrata e empresarial dos países subdesenvolvidos com a finalidade de garantir a execução dos grandes projetos nacionais de modernização/industrialização. Foi inicialmente articulada por Goswami e, posteriormente popularizada por Fred Riggs na obra **Administração nos Países em Desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática** (1964). Em suma, trata-se de um projeto neocolonial, elaborado pela *Academy of Management* dos EUA, fundamentado no *mainstream* do pensamento liberal, no positivismo empírico, na crença implacável da transferibilidade da racionalidade gerencial e nos pressupostos keynesianos de garantir o bem-estar social, mediante atuação dos organismos internacionais (BM, FMI, ONU) e da participação direta dos estados no planejamento e na execução das políticas econômicas e sociais do Terceiro Mundo (COOKE, 2004; KELLY, MILLS & COOKE, 2006).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Desse modo, a Administração do Desenvolvimento, como disciplina acadêmica, tornou-se um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos, visto que as pesquisas realizadas nesse campo valorizaram, de forma excessiva, os aspectos técnico-gerenciais, negligenciando, portanto, o desenvolvimento teórico da disciplina (MOTTA [1972]: 2008). Essa abordagem, meramente tecnicista, é vista, por alguns estudiosos, como uma das causas para a não consolidação da disciplina no campo da administração (COOKE, 2004; RAMOS, 2008; MOTTA, 2008; GULRAJANI, 2010). Nas análises de Motta (2008) a fragilidade se explica por duas causas: a) quase todos os trabalhos escritos sobre o assunto procuraram confrontar formas de administração tradicional com formas de administração moderna; b) o objetivo consistia na busca da eficiência, referindo-se à redução de custos, e de eficácia, à realização de metas, e não contemplava o conceito de efetividade como propósito maior do desenvolvimento. Em função disso, recomendam-se três possibilidades para uma nova Administração do Desenvolvimento: a) conduzir as organizações para objetivos peculiares de desenvolvimento, mediante a efetividade organizacional (bem-estar social); b) conceber modelos mais orgânicos de organização (em contraposição à burocracia mecanicista tipicamente weberiana), menos rígidos e permanentes, mais temporais e flexíveis; e c) buscar o comprometimento valorativo das pessoas que integram as organizações e não apenas a adesão neutra à regra burocrática como forma de realização de resultados. Martins (2004) ao analisar o desenvolvimento da disciplina no contexto neoliberal (décadas de 1980 e 1990), constatou que, além de não ter conseguido nenhum avanço teórico, houve ainda uma mudança de finalidade, ou seja, saiu do foco de uma “administração para o desenvolvimento” e adentrou numa lógica de “administração de ajuste fiscal”, instigado pela crença de que o desenvolvimento requer menos Estado e mais mercado.

Em suma, o campo da administração dedicou pouca atenção para o desenvolvimento teórico da disciplina. A explicação para isso talvez esteja na façanha dessa ciência não ter definido com precisão o seu objeto científico (gestão e/ou organização), tal como argumenta Santos (2004). Embora a administração não tenha dedicado a atenção necessária à disciplina, é preciso considerar que a Administração do Desenvolvimento nunca deixou de existir, uma vez que os problemas relacionados à gestão sempre foram objetos de análise de outros campos de conhecimento que também se dedicam aos estudos do desenvolvimento, como a economia do desenvolvimento, a sociologia do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento, geografia do desenvolvimento, entre outros.

Percurso Metodológico do Estudo

Com o objetivo de compreender o que pensa, entende e espera a comunidade científica brasileira sobre o campo da Administração do Desenvolvimento, realizamos uma pesquisa com os participantes do XXXV Encontro Nacional da ANPAD (EnANPAD), sucedido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011. O estudo foi constituído por duas modalidades de pesquisa: exploratória^{iv} e teórica. Em síntese, a pesquisa exploratória é recomendada para descobrir ideias, percepções, gerar hipóteses/pressupostos mais precisas, com vistas a estudos mais aprofundados (GIL, 1994). As análises decorrentes dessa fase da

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

investigação, possibilitaram a formulação dos dois pressupostos apresentados na introdução deste trabalho, bem como uma relação de 26 (vinte e seis) obras consagradas nos campos da economia, da sociologia, da geografia, da antropologia e da administração, capazes, na concepção dos participantes da pesquisa, de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento, que, neste estudo constituirão a nossa unidade de análise (Apêndices A e B).

A pesquisa teórica, por sua vez, é “dedicada a (re)construir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (Demo, 2000, p. 20). Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de (re)construir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção. Este tipo de pesquisa, quase sempre é conduzida com base em técnicas de análise de narrativa, análise de conteúdo e/ou análise do discurso (BARDIN, 1979; GODOI, 2010; RICHARDSON, 2011). No caso específico deste estudo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, com base na definição proposta por Bardin (1979, p.31) que a percebe como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”. Dessa forma, tudo que é dito ou escrito é suscetível à submissão a uma análise de conteúdo. Portanto, a análise de como a temática do desenvolvimento se apresenta nos diversos campos do conhecimento científico e como cada teórico aborda tal questão ou ainda qual o significado que a palavra desenvolvimento assume nos diversos planos governamentais possibilita entender a relevância dessa técnica para a condução desta investigação.

De acordo com Richardson (2011), do ponto de vista metodológico, a análise de conteúdo é realizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento das informações. A **fase de pré-análise** consiste em uma leitura que permite ao investigador um contato inicial com o material para conhecer a estrutura narrativa, linguística, semiótica, histórica e ideológica da mensagem. É uma etapa bastante flexível que permite a eliminação, substituição e introdução de novos elementos que possam contribuir para uma melhor explicação do fenômeno estudado. A **fase exploração do material** busca analisar a mensagem, o contexto e as condições que facilitaram ou dificultaram a produção da mensagem. Esta fase, longa e cansativa, consiste basicamente na codificação, categorização, quantificação e/ou interpretação das informações. Por fim, a **fase de tratamento das informações** refere-se aos recortes dos conteúdos em elementos de análise para depois serem ordenados em categorias. Em cada fase é necessário que o investigador esteja atento para as características do método: objetividade, sistematização e inferência. A objetividade refere-se à explicação das regras e dos procedimentos utilizados em cada etapa da análise de conteúdo. A sistematização refere-se à inclusão ou exclusão do conteúdo ou categorias de um texto de acordo com regras consistentes e sistemáticas. E a inferência diz respeito à justificativa pelo qual se aceita uma proposição em virtude de sua relação com outras proposições já aceitas como verdadeiras. Desta maneira, buscamos

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

conduzir a terceira etapa da investigação.

Na primeira fase da técnica de análise de conteúdo foi realizada uma leitura dinâmica para identificar o propósito de cada obra indicada pela comunidade científica da ANPAD, observando as possíveis relações com os estudos sobre desenvolvimento. Para tanto, definimos como elementos de análise dessa fase as abas das capas, as apresentações, os sumários e os textos introdutórios dos capítulos de cada obra indicada. A análise possibilitou a definição de uma amostra com vinte e seis elementos, ou seja, vinte e seis obras sobre teorias do desenvolvimento. Destacamos que no decorrer das análises eliminamos três obras por não apresentarem relação direta com o tema, porém incluímos três outras, com baixa frequência de indicação, mas, relevantes para os estudos sobre teoria do desenvolvimento, são elas: O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra, de Artur Lewis ([1954]: 1969); O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais, de Raúl Prebisch ([1949]: 2000) e Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ([1969]: 1972). Na fase de exploração do material realizamos uma leitura sistematizada das vinte e seis obras, com o uso de técnicas de fichamento, resumo, mapa conceitual e esquema representativo. Ainda nessa fase, elaboramos um sistema de categorização de conteúdos com a finalidade de agrupar as teorias do desenvolvimento numa matriz lógica, conforme o modelo da figura 1:

Figura 1 –

Matriz de Categorização dos Conteúdos

Teorias/Categorias	Abordagem Teórica	Paradigma Sociológico	Objeto de Análise	Significado da Administração do Desenvolvimento	Limitações e Lacunas
Foco Nacional					
Foco Regional					
Foco Local					

Fonte: elaboração própria

Com base na leitura sistematizada e na matriz proposta, classificamos as teorias em três níveis de escala: teorias com foco em escala nacional, regional e local, bem como em três abordagens teóricas, modernizante, estruturalista e pós-estruturalista, sugeridas por Arturo Escobar. A abordagem modernizante compreende a gestão do desenvolvimento como um processo decorrente dos efeitos benéficos do progresso econômico, científico e tecnológico, assim como da capacidade gerencial dos agentes administrativos em transformar uma sociedade arcaica numa sociedade moderna. A abordagem estruturalista concebe a gestão do desenvolvimento como um sistema integrado de elementos distintos e

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

complementares que devem ser compreendidos na perspectiva de uma análise histórica, sociológica e geopolítica. Por sua vez, a abordagem pós-estruturalista entende a gestão do desenvolvimento como instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo em relação aos países do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2005b).

Em seguida utilizamos o **modelo de paradigmas sociológicos**^v de Burrell e Morgan (1979), de maneira a compreender as bases teóricas da Administração do Desenvolvimento, tal como esses autores fizeram para o campo dos estudos organizacionais. Com a finalidade de compreender a função da ciência da administração nos estudos sobre desenvolvimento buscamos identificar, ainda, o objeto central, o sentido atribuído à Administração do Desenvolvimento e as limitações e lacunas de cada teoria, com o intuito de estabelecer relação com a gestão do desenvolvimento. Por fim, na fase de tratamento das informações, nos concentramos em ordenar e interpretar os conteúdos, a fim de evidenciar a contribuição da Administração do Desenvolvimento para os estudos sobre desenvolvimento, demonstrando, desta forma, que existe uma parte do conhecimento produzido em outros campos, especificamente a que se refere à gestão do desenvolvimento que pertence à ciência da administração, mas que ainda não é reconhecida pela mesma. Para ilustrar a nossa tese, utilizamos nessa etapa a técnica de mapa conceitual no intuito de elaborar a genealogia da Administração do Desenvolvimento, bem como do modelo de Burrell e Morgan (1979) para compreender as perspectivas paradigmáticas no campo da Administração do Desenvolvimento.

A Genealogia da Administração do Desenvolvimento

A verificação do pressuposto 1 (P_1) é demonstrado com auxílio da representação gráfica da genealogia da Administração do Desenvolvimento (figura 3). A genealogia da Administração do Desenvolvimento foi construída com base nos fundamentos da revisão de literatura e das análises de conteúdo realizados nesta investigação. Nessa tarefa mapeamos as contribuições de quatro importantes campos das ciências sociais – economia do desenvolvimento, sociologia do desenvolvimento, geografia do desenvolvimento e antropologia do desenvolvimento – para o campo da Administração do Desenvolvimento. Vejamos, então, os seus contributos.

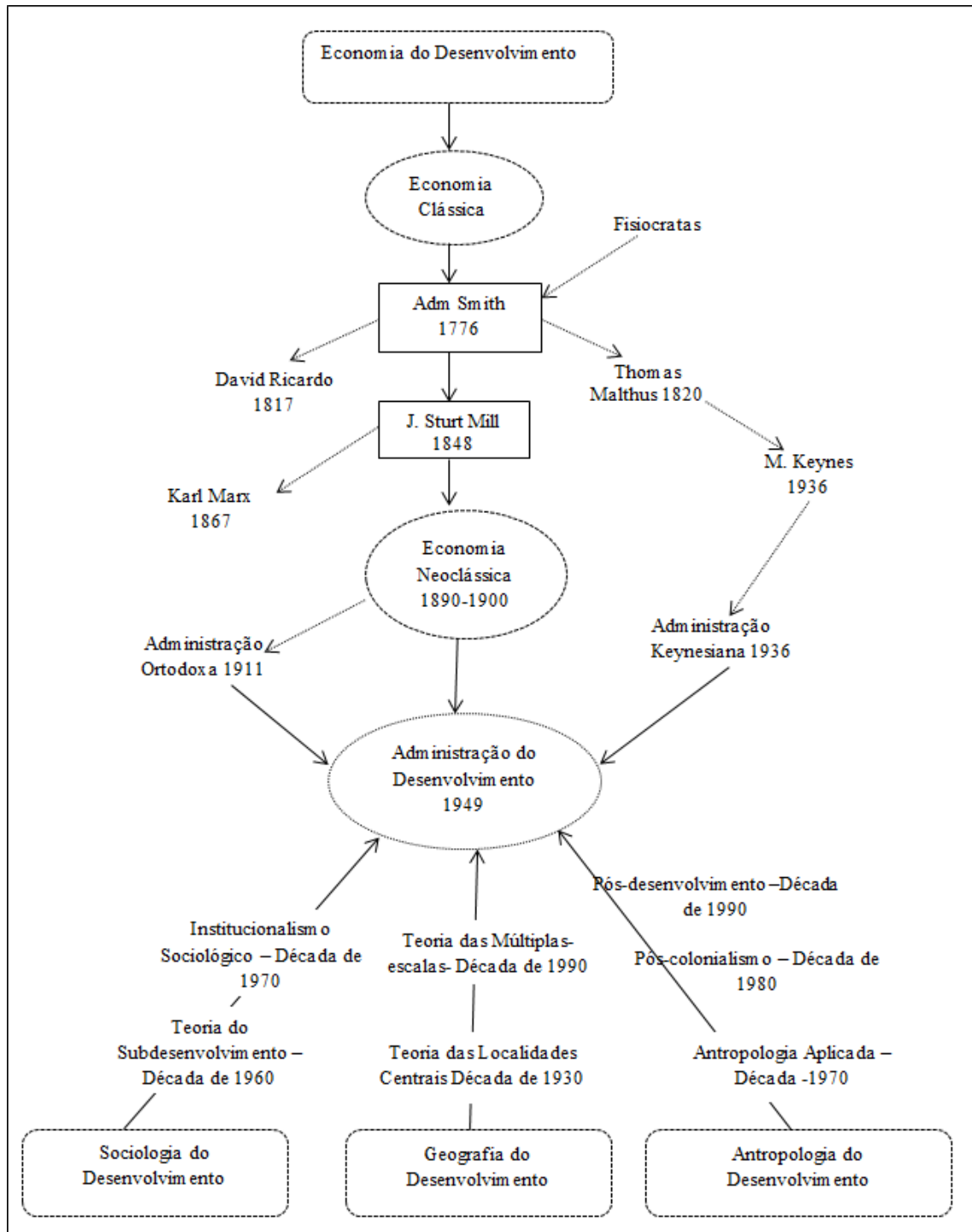
VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Figura 3
Genealogia da Administração do Desenvolvimento



VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Fonte: elaboração própria.

A contribuição da economia do desenvolvimento para a Administração do Desenvolvimento provém da própria origem da ciência econômica. Adam Smith, em **A Riqueza das Nações** (1776), ao definir o seu conceito de economia, propõe um modelo de gestão, cuja finalidade é garantir o bem-estar da sociedade:

Economia política, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si sós; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a enriquecer tanto o povo quanto o soberano (SMITH, 1996, P. 413).

A expressão “economia política”, aplicada por Smith, evidencia, essencialmente, a necessidade de um campo de conhecimento capaz de auxiliar tanto o povo como o estadista no processo de produção, distribuição e consumo da riqueza. Parece-nos que a definição de economia política inicialmente elaborada por Smith, referendada e consolidada pelos demais componentes da escola clássica da economia, com exceção de Marx, aproxima-se muito do que classificamos como Administração do Desenvolvimento. Para Marx, existe uma diferença entre o que é economia política, na condição de campo do conhecimento científico, para o que é política de governo, na condição de forma de promoção do bem-estar da sociedade, tal como foi proposta por Smith. É nessa crítica de Marx à economia política formulada por Smith que habita o argumento da gestão como objeto científico da administração, visto que, pela análise de Marx, Walras e Marshall, a definição de economia política formulada por Smith não teria serventia para definir ciência econômica. Portanto, é justamente nessa lacuna que reside o campo da Administração Política do Desenvolvimento. O não científico na economia é para a administração o seu objeto de análise.

Posto isso, é preciso entender que a ciência da administração, assim como a Administração do Desenvolvimento, tem fortes relações epistemológicas, metodológicas e praxiológicas com o campo da economia, dado que a administração ortodoxa (1911), formulada por Taylor, Fayol e seguidores, constitui uma aplicação dos pressupostos da escola neoclássica da economia (1890-1990) e a Administração do Desenvolvimento (1949), no seu nascedouro, corresponde a uma aplicação dos conhecimentos produzidos pelas administrações ortodoxa e keynesiana. Isso, de alguma maneira, ficou evidente nas análises de conteúdo das teorias indicadas pela comunidade científica, principalmente em: teoria da inovação, de Schumpeter ([1911]: 1997); teoria da oferta ilimitada de mão de obra, de Lewis ([1954]:1969); teoria estruturalista Cepalina, de Prebisch ([1949]: 2000); teoria da polarização, de Perroux ([1955]:1967); e teoria do efeito *linkage* dos investimentos, de Hirschman ([1958]: 1961). Esse arcabouço teórico, embora esteja consagrado no campo da economia, sobretudo da economia do desenvolvimento, lida com questões pertinentes à gestão do desenvolvimento. Isso se torna mais clarividente quando são observados os objetos de análise de cada teoria, ou seja, gestão da inovação, gestão de recursos humanos, gestão de termos de troca, gestão de polos industriais e gestão de investimentos.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

A contribuição da sociologia do desenvolvimento para a Administração do Desenvolvimento deu-se por via de duas importantes correntes de pensamento da sociologia: a teoria do subdesenvolvimento (1960) e o institucionalismo sociológico (1970). A teoria sociológica do subdesenvolvimento compreende os países subdesenvolvidos como estruturas criadas para compor o sistema global de troca que se originou no século XVI, no início do capitalismo, e não como estruturas geográficas isoladas, associado a uma falta de difusão tecnológica, capital e valores ocidentais, como argumentam alguns pensadores da economia. Essa corrente trouxe para os estudos do desenvolvimento temas como pobreza, desigualdade, bem-estar, violência, políticas sociais, entre outros. No universo das teorias analisadas neste estudo encontra-se a teoria da dependência, de Cardoso e Faletto ([1969]: 1972), cujos fundamentos estão na sociologia weberiana. Porém, destacamos que essa corrente de pensamento teve importantes contribuições da sociologia marxista por meio dos trabalhos de Ruy Mauro Marini, André Frank, Teotônio dos Santos, Vania Bambirra, dentre outros. A teoria da dependência, de Cardoso e Faletto, centra sua análise nas relações sociais entre classes e grupos locais com classes e grupos internacionais, com vistas a uma aliança estratégica entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional, evidenciando, com isso, a gestão de alianças estratégicas.

O institucionalismo sociológico, despontado no final da década de 1970, por sua vez, entende o desenvolvimento como um fenômeno social resultante não só das regras, procedimentos e/ou normas formais, mas também dos sistemas de símbolos, dos esquemas cognitivos e dos modelos morais que fornecem "padrões de significação" que guiam a ação humana. Para essa corrente, as instituições exercem influência sobre o comportamento não simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas, também, o que se pode imaginar fazer num contexto dado. Nessa linha de pensamento encontram-se as seguintes teorias: teoria da sociedade prismática, de Fred Riggs (1968); Teoria Paraeconômica, de Guerreiro Ramos ([1981]: 1989); e a teoria do capital social, de Putnam ([1993]: 2012). Essas teorias contribuem para a Administração do Desenvolvimento quando introduzem um conceito de gestão para além dos pressupostos da racionalidade instrumental e do *homo economicus*, abordando, com isso, a gestão da ecologia institucional, gestão de alocação de recursos em sistemas sociais e a gestão das comunidades cívicas.

A geografia do desenvolvimento contribui para a Administração do Desenvolvimento, num primeiro momento, com a teoria das localidades centrais, formuladas por Walter Christaller (1933), explicando a lógica capitalista para localização de unidades produtivas no espaço geográfico. Inspirada nessa vertente encontra-se a teoria da polarização de Perroux (1955). Numa segunda fase, a geografia do desenvolvimento coopera com a Administração do Desenvolvimento ao apresentar a teoria das múltiplas escalas e espaços geográficos. Nessa vertente teórica o espaço não é apenas um palco de processos ecológicos e sociais, mas, também, um instrumento social e político de transformação. O pensamento de Milton Santos (2000) representa essa outra possibilidade de conceber o espaço social. Em **Por uma outra globalização**, esse teórico estimula a busca pela construção de um novo conceito de mundo globalizado, discute o ser da sociedade globalizada e aponta a necessidade de se criar uma globalização mais

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

humanizada, uma vez que, para ele, o global não existe sem o local e vice-versa. Embora, não esteja totalmente no campo da geografia do desenvolvimento, a teoria das múltiplas escalas territoriais, de Carlos Brandão ([2007]: 2012), coaduna com essa possibilidade teórica.

Por fim, destacamos a contribuição da antropologia do desenvolvimento para a Administração do Desenvolvimento. De modo geral, a antropologia dedica-se a estudar o homem e a humanidade de maneira totalizante, abrangendo, assim, todas as dimensões (biológica, social ou cultural), porventura, existentes em uma determinada sociedade. Em função disso, a cultura é, por natureza, o objeto científico da antropologia, portanto, a contribuição mais pertinente da antropologia para a Administração do Desenvolvimento consiste em ajudar a observar, descrever, analisar, explicar e orientar as relações culturais entre homem-sociedade-natureza.

Nesse horizonte, no campo da antropologia do desenvolvimento, destacamos três importantes vertentes teóricas: a antropologia aplicada, o pós-colonialismo e o pós-desenvolvimento. A antropologia aplicada teve papel geoestratégico no mundo pós-guerra, dado que contribuiu para a delimitação das áreas de influência dos dois blocos políticos (EUA e URSS). Nesse período, sua função era mapear os países que, de alguma forma, apresentavam características pluriétnicas, de alto crescimento populacional, de baixa produtividade e instáveis politicamente. Posteriormente, a antropologia aplicada passou a assessorar os organismos internacionais (ONU, BM, UNESCO, FAO etc.) na implantação de programas de desenvolvimento social e econômico (Seixas, 2005). Na década de 1980, a vertente pós-colonialista da antropologia do desenvolvimento assume a tarefa de promover a reflexão e a crítica das formas de intervenção dos países colonizadores e dos organismos internacionais junto aos países subdesenvolvidos. Nesse período, a antropologia do desenvolvimento abre o debate sobre os “verdadeiros” objetivos do modelo de gestão do desenvolvimento proposto pelos países desenvolvidos. Porém, é com a vertente do pós-desenvolvimento (1990) que esse debate ganha notoriedade, principalmente com as contribuições de James Ferguson, Wolfgang Sachs, Majid Rahnema, Gilbert Rist, Serge Latouche, Gustavo Esteva e Arturo Escobar. No rol da vertente pós-desenvolvimento, destacamos, neste trabalho, as contribuições de Escobar (1995; 2005a; 2005b; 2008a; 2008b) para o campo da Administração do Desenvolvimento, quando aponta outras formas de gestão do desenvolvimento, diferentes do modelo de gestão do desenvolvimento comumente conhecido na sociedade moderna capitalista.

Dessa maneira, reconhecemos que parte do conhecimento elaborado no campo das ciências sociais, precisamente da economia do desenvolvimento, da sociologia do desenvolvimento, da geografia do desenvolvimento e da antropologia do desenvolvimento, quando se referem à gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, pertence ao campo esquecido pela ciência da administração, o campo da Administração do Desenvolvimento.

Por sua vez, a verificação do pressuposto 2 (P₂) também se confirma quando entendemos a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo como objeto científico da administração, e não a organização como defendem alguns teóricos. A organização é o

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

objeto científico dos estudos organizacionais e não dos estudos administrativos. Embora as organizações, muitas vezes, constituam espaços com os elementos essenciais da gestão (cultura, poder, comportamento, memória etc.), elas são espaços particulares nos quais habita apenas o objeto. É importante esclarecer que quando falamos em gestão, não estamos nos referindo apenas ao conjunto de técnicas, processos, ferramentas e/ou às relações internas das organizações, mas, sobretudo, às relações mais amplas, as da macrogestão da sociedade. Esse entendimento, em parte, é corroborado pela comunidade científica da ANPAD, uma vez que para os membros dessa entidade o elemento que melhor representaria o objeto de estudo da Administração do Desenvolvimento seria a gestão, com 45% (quarenta e cinco por cento); seguido pela organização, com 24% (vinte e quatro por cento); a estrutura, com 12,5% (doze vírgula meio por cento); e o indivíduo, com 10,6% (dez vírgula seis por cento).

Ao considerar essa suposição como verdadeira, podemos deduzir, no conjunto das teorias estudadas, que a gestão do desenvolvimento constitui o principal fenômeno social observado, descrito, analisado e explicado. Isso fica evidente quando dedicamos atenção aos elementos centrais de cada teoria, tais como: inovação, alocação de recursos, termos de troca, polos industriais, alianças estratégicas, indústrias competitivas, sistema de negociação, comunidade cívica. Esses elementos versam sobre questões relacionadas ao universo da gestão. Outro aspecto a ser observado no conjunto das teorias é o foco de análise, pois, trata-se de um conjunto de teorias que analisa a gestão do desenvolvimento em países, regiões, lugares e organizações e que, de alguma forma, busca promover o bem-estar da sociedade. Com isso, podemos, então, afirmar que cabe a esse campo de conhecimento, em diálogo com os demais, assumir para si a responsabilidade de observar, descrever, analisar, explicar e orientar a gestão das relações de produção, distribuição e consumo de uma determinada sociedade, independente do tempo e do espaço em que esta esteja.

Bases Paradigmáticas da Administração do Desenvolvimento

Na tentativa de compreendermos como o campo da Administração do Desenvolvimento se apresenta epistemologicamente, recorreremos ao suporte do modelo de análise paradigmática, proposto por Burrell e Morgan (1979), com a finalidade de verificar as influências de tais paradigmas na epistemologia do campo. Contudo, é importante considerar que modelos são representações abstratas da realidade e mostram apenas o que é relevante para uma questão específica, negligenciando demais aspectos, ou seja, todo modelo tem suas limitações explicativas, portanto, reconhecemos que o modelo de Burrell e Morgan também tem suas limitações, principalmente porque este modelo leva em consideração apenas os paradigmas epistemológicos da ciência moderna e exclui ou não contempla os paradigmas da ciência pós-moderna. Porém, para efeito de uma representação simplificada da realidade ilustramos na figura 4, os paradigmas sociológicos do campo da Administração do Desenvolvimento.

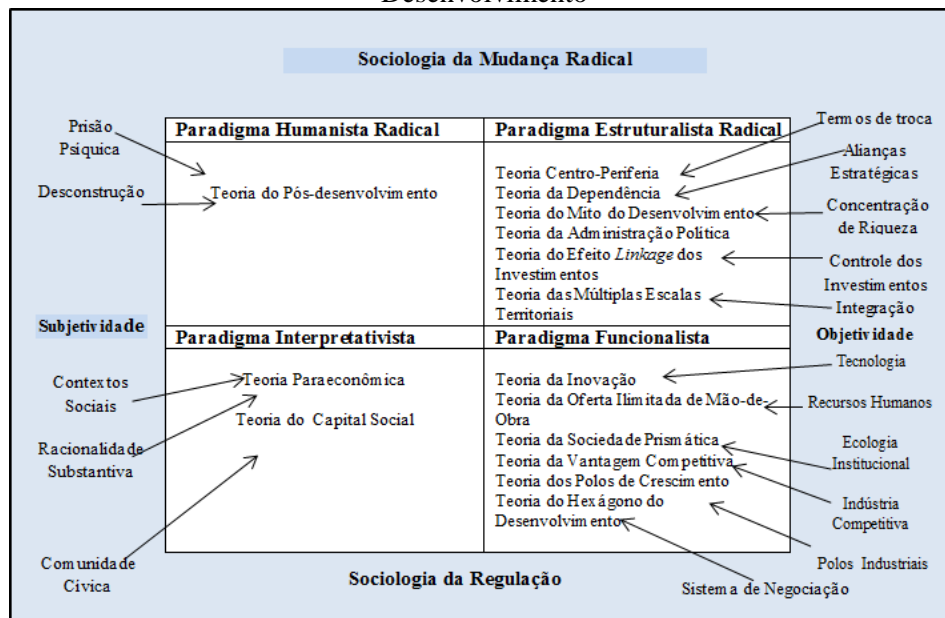
VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Figura 4
Modelo de Classificação de Paradigmas Sociológicos da Administração do Desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

No geral, as análises demonstram uma forte concentração das teorias de desenvolvimento dentro do paradigma funcionalista e estruturalista. O paradigma funcionalista crê em uma ciência objetiva, isenta de valor, a-histórica, e em uma sociedade regulada e explicada com base na racionalidade instrumental e utilitária. Nesse universo encontram-se: a teoria da inovação, a teoria da oferta ilimitada de mão de obra, a teoria da sociedade prismática, a teoria da vantagem competitiva, a teoria dos polos de crescimento e a teoria do hexágono do desenvolvimento. O paradigma estruturalista compreende a ciência como um fenômeno social objetivo, portanto, com validade universal, independente de ideologia, cultura, época ou lugar, contudo acredita em uma sociedade que se caracteriza por tensões e contradições entre elementos antagônicos presentes na própria sociedade, levando com isso, para uma possível mudança social. No universo dessa visão de mundo estão presentes: a teoria centro-periferia, a teoria da dependência, o mito do desenvolvimento, a teoria da administração política, a teoria do efeito *linkage* dos investimentos e a teoria das múltiplas escalas territoriais. De modo geral, o estruturalismo está interessado em compreender as tensões e contradições existentes na sociedade e a forma como os detentores do poder na sociedade procuram controlar tais fenômenos (BURREL & MORGAN, 1979). No paradigma interpretativista, ou seja, onde a realidade social não existe em sentido concreto, mas, na experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos, estão: a teoria paraeconômica e a teoria do capital social. Por fim, encontra-se a teoria do pós-desenvolvimento que, a nosso ver, possui fortes características do paradigma humanista radical, dado que a ciência é vista como um instrumento subjetivo a serviço do capitalismo que coloca o homem em um estágio patológico de prisão psíquica, sendo assim, o desenvolvimento um construto social da modernidade, elaborado pela ciência para controle das instituições capitalistas.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Desta forma, concluímos que a Administração do Desenvolvimento se constitui como um campo de conhecimento multidimensional, pois lida com aspectos econômicos, políticos, sociais, espaciais, ambientais, técnico-científicos etc.; também, interdisciplinar, dado que necessita do suporte teórico de outros saberes, a exemplo da economia do desenvolvimento, da sociologia do desenvolvimento, da geografia do desenvolvimento, da antropologia do desenvolvimento, entre outros; além de se apresentar como um campo multiparadigmático, embora, ainda, com concentração nos paradigmas funcionalista e estruturalista. Essa conclusão corrobora com o pensamento da comunidade científica da ANPAD, uma vez que as teorias aqui analisadas foram provenientes das indicações dos participantes do estudo exploratório sobre a temática. Porém, lamentamos o fato dessa conclusão não ser reconhecida institucionalmente na ciência da administração. Nossa tese para explicar essa contradição, se tomarmos como objeto de estudo da administração a gestão, consiste em termos, então, uma disciplina em busca de sua relevância por parte da comunidade científica, porém, não considerando esse fato, temos então uma relevância, ou seja, o fenômeno da gestão do desenvolvimento em busca de uma disciplina. Caso isso persista, fica então o questionamento: a quem de fato cabe o estudo da gestão do desenvolvimento?

Considerações Finais

Ao procurar desvendar se a Administração do Desenvolvimento é uma disciplina em busca da relevância ou a relevância em busca da disciplina, verificamos que parte do conhecimento produzido no campo das ciências sociais, quando se referem à gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, pertence ao campo esquecido pela ciência da administração, o campo da Administração do Desenvolvimento. Essa suposição se confirma quando a gestão é considerada objeto científico da administração. Reconhecida essa possibilidade epistemológica, a Administração do Desenvolvimento se expressa como uma disciplina que busca o reconhecimento da sua comunidade científica. Quando não, trata-se de um fenômeno social (gestão do desenvolvimento), de grande relevância para teorias sobre desenvolvimento que necessita de amparo científico. Para qualquer que seja a possibilidade, espera-se um posicionamento epistemológico da administração, quanto às questões relacionadas à gestão do desenvolvimento.

A história da ciência nos ensina que a evolução de um campo de conhecimento não é contínua nem simples, mas se dá em saltos, em rupturas, em complexidades, com avanços e retrocessos. Portanto, compreender a Administração do Desenvolvimento como um campo de conhecimento científico na contemporaneidade exige uma visão de ciência para além da ciência moderna clássica. É preciso, também, incorporar os pressupostos da ciência pós-moderna, uma vez que estamos diante de um campo metaparadigmático, como bem sinalizou a comunidade científica da ANPAD. Em função disso, o significado de campo científico como um jogo de forças, formulado por Boudieu (2002), no qual quem melhor se articula detém melhores “capitais” e sabe quais as escolhas compensa fazer, adquire centralidade na contemporaneidade da Administração do Desenvolvimento. Isso, de alguma forma, é observado no percurso científico da Administração do Desenvolvimento, precisamente entre aspectos epistemológicos, metodológicos e praxiológicos.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Do ponto de vista epistemológico, a Administração do Desenvolvimento se expressa como um campo de conhecimento com presença marcante do pensamento positivista-funcionalista, do estruturalismo e, mais recentemente, do pós-estruturalismo. Essa composição multiparadigmática possibilita compreender o campo para além da visão polarizada, dando-lhe, portanto, a oportunidade de acesso a uma visão dialógica ampliada, revelando, com isso, disparidades, complementaridades entre os paradigmas, concebendo, assim, um campo metaparadigmático. Devido a isso, a gestão do desenvolvimento passou a ser um construto formado por uma rede de saberes, poderes, instituições e significados. No **paradigma positivista-funcionalista**, a gestão do desenvolvimento dar-se-á por meio do processo de modernização das estruturas sociais, ou seja, por meio da difusão dos valores e das tecnologias ocidentais, bem como pela mudança quantitativa da base econômica, via produção de uma “massa crítica” com a finalidade de uma mudança qualitativa da sociedade em um dado tempo futuro. No **paradigma estruturalista**, a gestão do desenvolvimento surge da conexão entre dependência externa e exploração das relações sociais internas. Em função disso, a gestão é delineada com base na análise histórico-estrutural dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Já no **paradigma pós-estruturalista**, a gestão do desenvolvimento é vista como um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para com os países subdesenvolvidos e colonizados. Diante disso, argumenta-se a necessidade de outros modelos de gestão do desenvolvimento, para além dos concebidos pelo pensamento funcionalista e estruturalista. Essa composição multiparadigmática do campo possibilita espaço para um programa de pesquisa bastante diversificado e amplo. A agenda de pesquisa sugerida pela comunidade científica da ANPAD aponta para essa direção, uma vez que elenca um conjunto de temas relevantes para compreender as relações sociais, porventura existentes, entre Sociedade, Estado e Mercado, bem como entre indivíduos, organizações e sociedades.

Do ponto de vista metodológico, a Administração do Desenvolvimento, na condição de campo de conhecimento, deve trabalhar com métodos e técnicas de pesquisa capazes de absorver características da racionalidade instrumental e, ao mesmo tempo, da racionalidade substantiva. Destacamos que ambas são opostas, porém entre os extremos existe um universo de possibilidades. Dessa forma, temos pela frente o desafio de conceber novos métodos e técnicas que levem em consideração não apenas o utilitarismo, a hierarquia, o desempenho, a maximização dos benefícios, a minimização dos custos, mas, principalmente, a autorrealização, o entendimento, o julgamento ético, a autenticidade e os valores emancipatórios. Para tanto, é preciso ultrapassar as fronteiras dicotômicas entre objetividade versus subjetividade, abordagem quantitativa versus qualitativa, experimento versus observação. Na contemporaneidade do saber científico, precisamente no campo das ciências humanas e sociais, são necessárias outras formas de produção de conhecimento, para além das formas dicotômicas e excludentes.

No campo praxiológico, a Administração do Desenvolvimento precisa reconhecer que o modelo de gestão do desenvolvimento, historicamente implantado, não conseguiu realizar ou realizar de forma satisfatória suas promessas. Promessas como a da igualdade, da liberdade, da paz perpétua e/ou do bem-estar social continuam no âmbito da retórica. Na prática, o que, de fato, verificamos é: a concentração da riqueza, a violação dos direitos

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

humanos, o aumento da pobreza, a discrepância entre classes sociais, o desemprego estrutural, a destruição da natureza e os conflitos entre as nações. A atual crise do capitalismo é, na verdade, o resultado concreto desse modelo de gestão do desenvolvimento que tem como princípios norteadores a industrialização, o crescimento econômico, o consumo de massa e a acumulação e concentração de capitais. Uma análise mais aprofundada sobre os acordos e diretrizes formuladas no período correspondente ao pós-guerra servirá de embasamento para explicar essa suposição, especialmente o desdobramento dos Acordos de Bretton Woods (1944).

Ao nos aprofundarmos nessas temáticas, estaremos, de alguma forma, identificando os obstáculos do desenvolvimento e contribuindo para a construção de um modelo de gestão do desenvolvimento para além do modelo convencional, centrado exclusivamente nos pressupostos da racionalidade instrumental, do *homo economicus*, da eficiência do mercado, da produção em massa, do crescimento e da acumulação de riqueza. Muitos são os problemas que necessitam de outra lógica de gestão, apenas para lembrar podemos citar: fome, poluição, energia, recessão, escassez, desemprego e concentração desigual. Esses problemas não podem ser compreendidos isoladamente, nem podem ser selecionados apenas numa lógica doméstica, pois, trata-se de uma herança estratégica de gestão do desenvolvimento equivocada e fracassada para garantir o bem-estar da humanidade. Esses problemas tornaram-se questões globais, portanto, não podem ser resolvidos apenas pelo arcabouço de uma disciplina e muito menos pela lógica de um grupo privilegiado de nações. Assim, a administração, como ciência, não pode se isentar da responsabilidade de observar, prescrever, analisar e explicar as mazelas da sociedade, além de supor que a tarefa de encaminhar, aconselhar e/ou orientar são atos inferiores e que devem ficar apenas sob a responsabilidade da esfera governamental. A administração precisa trazer para si a responsabilidade da construção de uma proposta alternativa aos resultados alcançados em todo o mundo, a fim de conduzir a direção do nosso destino, até aqui, liderado pela lógica da economia de mercado. Dessa forma, consideramos que qualquer que seja a teoria formulada e/ou modelo de gestão do desenvolvimento proposto será necessária a inclusão de algumas dessas categorias analíticas, visto que, de alguma forma, o debate sobre a gestão para o desenvolvimento ou do desenvolvimento perpassa essas categorias analíticas. Esperamos, diante do exposto, que possamos receber as críticas e as contribuições da comunidade científica quanto às questões aqui pontuadas. No mais, vamos ficando por aqui, porém, na esperança de que outra Administração do Desenvolvimento seja possível.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas-SP: Editora Unicamp, ([2007]: 2012).
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BURRELL, G. & MORGAN, G. **Sociological paradigm sandarganizational analiysis**. London and Exeter, NH: Heinemann, 1979.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- CAIDEN, G. & CARAVANTES, G. **Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento**. In: In G. E. Caiden & G. R. Caravantes (Org). Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1988.
- CAMPOS, A. M. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Edição Especial: Clássicos da Revista de Administração Pública, jul/set, ([1980]: 2008).
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica** (3ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Zahar, ([1969]: 1972).
- COOKE, B. & DAR, S. The New Development Management. In: Dar, S.; Cooke, B. **The Development Management**. London-New York: Zed Books, 2008, pp. 1-17.
- COOKE, B.; FARIA, A. Desenvolvimento, Administração e Imperialismo do Atlântico Norte: Para Eduardo Ibarra Colado. **Cadernos. EBAPE.BR**, v. 11, nº 2, editorial, Rio de Janeiro, Jun, 2013.
- COOKE, B.(2004). O Gerenciamento do (Terceiro) Mundo. **Revista de Administração de Empresas – RAE-** v. 44, nº 3 jul-set. Rio de Janeiro, 2004.
- DAR, S. & COOKE, B. **The New Development Management**. London-New York: Zed Books, 2008.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DONAVAN, R.J. **Tumultuous years. The presidency of Harry S. Truman** (1949-53). New York, 1982.
- ESCOBAR, A. Economics and the Space of Modernity; tales of Market, Production and labour. In: **Cultural Studies**. v.19, nº 2 March, (2005a), pp 130-175.
- ESCOBAR, A.. **Afteword**. In: Dar, S.; Cooke, B. The Development Management. London-New York: Zed Books, (2008^a), pp.198-203.
- ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización** – Universidad Central de Venezuela – Caracas: (2005b), pp. 17-31.
- Escobar, A. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Santafé de Bogotá: Norma, ([1995]: 2007).
- ESCOBAR, A. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, (2008b).
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: Sachs, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.
- FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento**. In.: G. E. Caiden & G. R. Caravantes (Org) Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1988, p. 45-70.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GODOI, C. K. **Perspectiva de Análise do Discurso nos Estudos Organizacionais**. In: C. K. Godoi, *et al* Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos (pp.378-401). São Paulo: Saraiva. 2010.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

GULRAJANI, N. New vistas for development management: examining radical – reformist possibilities and potential. **Public Administration and Development**. nº 30, 2010. pp. 136–148.

HIRCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, ([1958]: 1961).

HOBBSAWM, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUSTEN, C. E. & MORETTO NETO, L.. Gestões do Desenvolvimento e Desenvolvimentos da Gestão: da unilateralidade reificada à dialogicidade da simbiose homem/natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n. 2, 2013. pp. 295-310.

KELLY, E.; MILLS, A.; COOKE, B. Management as a Cold War phenomenon? *Human Relations*, v. 59, n. 5, 2006. pp. 603-610.

LEWIS, S.W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In. A. N. Agarwale.; S. Singh (Org), **A Economia do Subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro, Forense, ([1954]:1969), pp. 406-456.

MAIA, J. M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARTINS, H. F. Administração Para o Desenvolvimento: A relevância em busca da disciplina. **Revista Governança & Desenvolvimento**, n. 1, abril, 2004.

MISOCZKY, M. C. & BÖHM, S.. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, 1013, pp. 311-339.

MORGAN, G. Paradigmas, Metáforas e Resolução de Quebra-Cabeça na Teoria das Organizações. **Revista de Administração de Empresas**.v45, n1, jan-mar, 2005. pp. 58-69.

MOTTA, P. R. Administração Para o Desenvolvimento: A disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Edição Especial: Clássicos da Revista de Administração Pública, jul/set. . ([1972]: 2008).

NEF, P. & DWIVEDI, O. P. Teoria e Administração do Desenvolvimento: uma cerca em volta de um terreno vazio? In G. E. Caiden & G. R. Caravantes (Org). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1988.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Editora Herber, ([1955]:1967).

BOISIER, S. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Nº 13. Jun. 1996, pp.111-143.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In.: Bielschowsky, R. (org.), **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, ([1949]: 2000). pp. 70-136.

PUTNAM, R. ([1996]:2012). **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna** (5ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, ([1996]:2012).

RAMOS, A. G. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade. In: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (Org.) **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília-DF, Editora UnB, 2009.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações: Uma reconceituação da riqueza das nações** (2ª edição).Rio de Janeiro: FGV, ([1981]:1989).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- RAMOS, A. G. A Nova Ignorância e o Futuro da Administração Pública na América Latina. **Revista Administração Pública (RAP)**. Edição Especial: Clássicos da Revista de Administração Pública, jul/set, ([1983]: 2008).
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. Editora Atlas, São Paulo, 2011.
- RIGGS, F. W. **Administração nos Países em Desenvolvimento: A Teoria da Sociedade Prismática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1968.
- RIST, G. **Le Developement: une histoire de croyanceocidentale**. Paris: Presses de Science, 2001.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SANTOS, R. S. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Hucitec, 2004.
- SANTOS, E., SANTOS, R. S., & BRAGA, V. Administração do Desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: conceitos, contribuições e implicações. **Cadernos EBAPE.BR**, 13(3), 2015, pp. 462-477.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural. ([1911]:1997).
- SEIXAS, P. C. Antropologia e Intervenção Humanitária para o Desenvolvimento. **A Humanidade que o Humanitário Construiu: Conceptualização e Ação**, 2005. pp. 1-32.
- Smith, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultura. ([1776]:1996).
- WANDERLEY, S. Estudos Organizacionais, (des)colonialidade e estudo da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v.13, n 2, 2015. p. 237-255.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Apêndices

Apêndice A

Obras das Ciências Sociais com Possibilidade de Contribuição para Administração do Desenvolvimento

Obras	Autoria	Ano de Publicação	Edição	Nº de Citação	%
Desenvolvimento como Liberdade	Amartya Sem	1999	EUA	10	30,3%
O Mito do Desenvolvimento Econômico	Celso Furtado	1974	Brasil	4	12,1%
Teoria do Desenvolvimento Econômico	Joseph Schumpeter	1911	EUA	4	12,1%
Comunidade e Democracia	Robert David	1993	EUA	3	9,1%
Estratégia do Desenvolvimento Econômico	Albert Putnam				
Por uma outra Globalização	Albert Hirschman	1958	EUA	3	9,1%
A Natureza do Espaço	Milton Santos	2000	Brasil	3	9,1%
Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional	Milton Santos	1996	Brasil	2	6,1%
A Economia do Século XX	Sergio Boisier	1996	Chile	2	6,1%
La Invenición del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo	François Perroux	1967	França	1	3,05%
	Arturo Escobar	2007	Venezuela	1	3,05%
Total				34	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Apêndice B

Tabela 2 - Obras Reconhecidas como Específicas da Administração do Desenvolvimento

Obras	Autoria	Ano de Publicação	Edição	Nº de Citação	%
A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações	Alberto Guerreiro Ramos	1981	Canadá	8	20,5%
Administração e Contexto Brasileiro	Alberto Guerreiro Ramos	1966	Brasil	6	15,4%
Território & Desenvolvimento	Carlos Antônio Brandão	2007	Brasil	5	12,8%
A Vantagem Competitiva das Nações	Michael Porter	1989	EUA	4	10,3%

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Comunidade e Democracia	Robert Putnam	David	1993	EUA	4	10,3%
A Administração Política como Campo do Conhecimento	Reginaldo Souza Santos		2004	Brasil	3	7,7%
A Redução Sociológica	Alberto Guerreiro Ramos		1965	Brasil	3	7,7%
Administração nos Países em Desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática	Fred W. Riggs		1964	EUA	2	5,1%
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	Celso Furtado		1961	Brasil	2	5,1%
Teoria do Desenvolvimento Econômico	Joseph Schumpeter		1911	EUA	2	5,1%
Total					39	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

ⁱ*Plano Colombo*: nasceu de uma conferência de ministros de exteriores, em 1950, em Colombo, capital da Sri Lanka, com o objetivo de promover maior cooperação entre os países asiáticos. Num primeiro momento, o plano de reestruturação social tinha duração de apenas seis anos, mas foi sendo constantemente renovado até 1980, quando sua validade foi estendida por tempo indeterminado. Foi inicialmente financiado pelos EUA, sendo o Japão um dos países mais beneficiados pelo programa de recuperação e ajuda mútua.

ⁱⁱ*Aliança para o Progresso* (1961-1963): programa que oficialmente pretendia estreitar as relações internacionais dos EUA com os países latino-americanos, mediante um conjunto de ações para estimular o desenvolvimento econômico, social e político dessa região. O programa centrou-se em três eixos estruturantes: 1) os países participantes deveriam tomar, conscientemente, a decisão de desenvolver-se, incluindo-se aí o enfrentamento dos sacrifícios necessários; 2) os países deveriam buscar estruturas sociais adequadas para implantar o desenvolvimento e os frutos por ele gerados; deveria dirigir à totalidade das populações, não se restringir às elites e 3) deveria investir em recursos humanos necessários ao progresso social. A iniciativa para isso caberia aos EUA e as avaliações econômicas iniciais caberiam aos pesquisadores e políticos latino-americanos, conforme relatos de Matos (2008).

ⁱⁱⁱW. W. Rostow – A decolagem ou arranco (take off) para o desenvolvimento econômico, 1961.

^{iv} A fim de conceder aos 1.141 participantes do evento a chance de serem incluídos na amostra, aplicamos a técnica de amostragem probabilística. Após a obtenção do número mínimo necessário para validar a amostra, nesse caso 81 (oitenta e um) participantes, distribuímos, aleatoriamente, no início das sessões de apresentação dos trabalhos das 11 (onze) divisões acadêmicas da ANPAD, 300 (trezentos) questionários constituídos de 12 (doze) questões de natureza aberta, semiaberta e fechada e solicitamos que, após o preenchimento, fossem entregues à recepção geral do evento. Do total de 300 (trezentos) questionários distribuídos, 110 (cento e dez) foram devolvidos à recepção geral do evento, entretanto, apenas 85 (oitenta e cinco) estavam preenchidos de forma adequada, e somente 81 (oitenta e um) foram validados. Desta maneira, atingimos o número mínimo necessário para extrair as estatísticas descritivas e desenvolver as interpretações dos resultados.

^v O modelo de classificação de paradigmas sociológicos elaborado por Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979), apesar de suas limitações e críticas, pertinentes a qualquer modelagem, proporcionou uma visão de como o Campo dos Estudos Organizacionais estava configurado, até aquele momento. O modelo permite, em partes, classificar teorias em quatro amplas visões de mundo, representadas por diferentes pressuposições metateóricas – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical. Para isso, concebe a ciência em subjetiva ou objetiva e a sociedade em sistemas de mudança radical ou regulada. O modelo é representado por um quadrante com quatro possibilidades paradigmáticas ou escolas de pensamento.